

-----Aos vinte e três dias do mês de Outubro de dois mil e treze, no edifício dos Paços do Concelho, sala de reuniões realizou-se a reunião ordinária desta Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, na qualidade de Presidente deste Órgão Autárquico, com a presença dos Senhores, Manuel Oliveira Lopes, Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes, Patrício José Correia Pinto Araújo, Luís Filipe Oliveira da Silva, José Augusto Marçal Morais e Manuela Alexandra da Mota Machado Ferreira Nunes.-----

-----Verificada a presença do número legal de Vereadores foi, pelo Senhor Presidente, declarada aberta a reunião eram nove horas e quarenta minutos, hora de início da reunião.-----

----- Compareceu a Senhora Dra Manuela Alexandra da Mota Machado Ferreira Nunes, eleita para este órgão, tendo-lhe sido conferida posse, nos termos do número três do artigo sessenta da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro.-----

-----**BALANCETE:**-----

-----Presente o resumo diário da Tesouraria relativo ao dia vinte e um do mês de outubro do ano dois mil e treze que acusava um saldo pecuniário de dois milhões oitocentos e cinquenta e nove mil trezentos e noventa euros e catorze cêntimos.-----

-----**EXPEDIENTE:**-----

-----O que segue, acompanhado dos respetivos processos, para verificação da Excelentíssima Edilidade-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Foi sugerido aos senhores Vereadores a apresentação de propostas, até ao dia quatro de novembro, para a elaboração do Plano de Atividades.-----

-----Zero um. - Diversos. Zero e um.- A proposta de Regimento da Câmara Municipal inserta a folhas sete a dezassete da minuta da presente ata, que se junta.
DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar o Regimento da Câmara Municipal.-----

-----Zero dois.- A proposta de delegação de competências da Câmara Municipal no Senhor Presidente no âmbito do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove de oito de junho, inserta a folhas dezoito da minuta da presente ata, que se anexa.-

-----**DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

-----Zero três. A proposta de delegação de competências no âmbito da Defesa da Floresta, inserta a folhas dezanove e vinte da minuta da presente ata, que se anexa.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

-----Zero Quatro.- A proposta de delegação de competências no âmbito do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove de dezasseis de dezembro e ulteriores alterações, inserta de folhas vinte e um a vinte e três da minuta da presente ata, que se anexa.-----

-----Zero Cinco.- A proposta de delegação de competências no âmbito do Decreto-Lei número cento e noventa e quatro barra dois mil e nove de vinte de agosto, inserta de folhas vinte e um a vinte e três da minuta da presente ata, que se anexa.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

-----Zero Seis. A proposta de delegação de competências em matéria regulamentar e contraordenacional, que se anexa-----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovada a proposta com os votos dos Senhores Vereadores do PSD e do Senhor Presidente da Câmara. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista votam contra e declaram o seguinte os Vereadores do Partido Socialista votam contra a delegação de competências proposta em matéria**

Socialista votam contra a delegação de competências proposta em matéria regulamentar e contraordenacional uma vez que não concordam com a inclusão das alíneas e) e f). No que toca à alínea e), ou seja, às isenções ou deduções subjetivas, consideramos que está em causa uma diminuição de receitas e, como tal, deve ser matéria alvo de discussão e decisão do órgão colegial. Relativamente à alínea f), ou seja ao apoio à auto-construção a famílias carenciadas, entendemos que, fruto dos tempos difíceis que se vivem, este executivo camarário vai estar perante um número crescente deste tipo solicitações, e uma vez que os valores em causa estão acima dos dois mil quatrocentos e noventa e três euros e noventa e nove cêntimos, pressupondo-se não serem casos de emergência social relacionados com bens de primeira necessidade, mas sim com materiais de construção, entendemos que estes processos devem merecer a atenção do executivo como um todo e não apenas dos serviços sociais da autarquia e do seu Presidente, não obstante a existência de um regulamento municipal aprovado para o efeito. O Senhor Presidente e os Vereadores do PSD declaram que decidem manter as alíneas e) e f) da proposta uma vez que face à situação atual e às dificuldades vividas por alguns Vilaverdenses e algumas famílias impõe-se uma atuação rápida e eficaz para diminuir qualquer impacto que possa ser gerado por situações de carência. Ao contrário do que referem os Senhores Vereadores do Partido Socialista o apoio a famílias ou pessoas carenciadas deve ser executado de forma ágil e rápida não se compadecendo, por isso em algumas situações com o tempo de espera para decisão do Executivo. Refira-se ainda, a este propósito, que todas estas competências estão devidamente avalizadas pelo cumprimento da lei e do Regulamento Municipal aprovado para o efeito.

-----Zero Sete.- A proposta de delegação de competências no âmbito do Decreto-Lei número quarenta e oito barra dois mil e onze, de um de abril, inserta a folha vinte e oito da minuta da presente, ata que se anexa. -----

-----**DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.** -----

-----Zero Oito.- A proposta de delegação de competências no âmbito do Decreto-Lei número trezentos e dez barra dois mil e dois de dezoito de dezembro, inserta a folha vinte e nove da minuta da presente, ata que se anexa. -----

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

-----Zero Nove. - A proposta de Delegação de competências no âmbito da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, inserta a folhas trinta a trinta e três da minuta da presente ata, que se anexa. -----

DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.

-----Dez. - A proposta de agendamento do dia e periodicidade das reuniões camarárias, inserta a folhas trinta e quatro e trinta e cinco da minuta da presente ata, que se anexa. -----

-----**DELIBERAÇÃO: Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

-----Onze.- A proposta de fixação do número de Vereadores a Tempo Inteiro, inserta a folhas trinta e seis e trinta e sete da minuta da presente ata, que se anexa. -----

-----**DELIBERAÇÃO: Deliberado aprovar a proposta, com os votos dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e do Senhor Presidente da Câmara. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista votam contra e declaram o seguinte: "De acordo com a alínea c) do número um do artigo cinquenta e oito da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, no Município de Vila Verde podem existir dois Vereadores com atribuição de funções a tempo inteiro, uma vez que se trata de um Concelho com mais de vinte mil e menos de cem mil**

eleitores. Diz o número dois da mesma Lei que, sob proposta do Presidente de Câmara, pode a Câmara Municipal fixar o número de Vereadores a tempo inteiro ou meio tempo que exceda os limites previstos no número um do supra citado artigo cinquenta e oito. Ora, após uma série de considerandos que apenas nos remete para a exigida competência, permanência e disponibilidade de quem assume mandatos autárquicos, é precisamente esse alargamento do número de vereadores a tempo inteiro para além dos limites legalmente fixados (em função do número de eleitores do Concelho) que o Senhor Presidente de Câmara nos está a propor. Perante esta proposta do Senhor. Presidente de Câmara, e considerando que os Municípios estão permanentemente a ver as suas transferências do OE diminuídas; Considerando que abrandamento das atividades económicas se traduz em diminuição de receitas e, também, em menos atividade dos próprios serviços do Município; Considerando a difícil situação económico-financeiro do município de Vila Verde, tendo inclusive sido alvo de resgate financeiro através do Programa Apoio à Economia Local; Considerando que os Municípios terão que proceder a uma diminuição dos seus recursos humanos, realidade que aumentará ainda mais o desemprego entre os Vilaverdenses; Considerando que devem ser as instituições públicas e os seus responsáveis a dar o primeiro exemplo à comunidade onde estão inseridos; Entendemos que não se justifica o alargamento excecional proposto pelo Senhor Presidente de Câmara, motivo pelo qual votamos contra a existência de um terceiro Vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal, posição que mais não é que uma questão de consciência face aos milhares de Vilaverdenses que diariamente lutam para sobreviver e que não entendem alguns dos gastos supérfluos do Município de Vila Verde. Está mais que na hora para passar dos discursos aos atos, dando sérios exemplos de contenção de despesas, de rigor e de real dedicação à causa pública e às suas exigências. Não é legítimo, ou pelo menos moralmente aceitável, que se pense em despedir funcionários municipais e, em seguida, se queira manter a exceção do alargamento do número de Vereadores previstos por Lei para a Câmara Municipal de Vila Verde. Esta é uma posição que, recentemente, foi colocada em prática pelo Município da Póvoa de Lanhoso, num gesto simbólico em prol do rigor da gestão autárquica e de solidariedade da edilidade com as dificuldades atuais dos seus munícipes. É atendendo a estas razões que os Vereadores do Partido Socialista reiteram o seu voto contra a proposta apresentada pelo Sr. Presidente de Câmara.-----

O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores do PSD declaram o seguinte: A proposta apresentada para fixar o número de vereadores a tempo inteiro, nos termos do número dois do artigo cinquenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, tem como objetivo aumentar a capacidade de funcionamento do próprio Executivo Municipal na medida em que cada vez mais tem sido transferidas novas competências para o Município que exigem cada vez mais do Executivo uma ação de âmbito mais alargado e nós queremos que seja tomada em tempo oportuno com o objetivo de criar dinâmicas capazes de gerar serviços e ações eficazes e eficientes que promovam o bem estar das pessoas e o desenvolvimento do concelho. Só através de uma ação ágil e rápida é possível implementar no terreno ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e que promovam a atração do investimento no concelho. Contrariamente aquilo que é argumentado pelo Partido Socialista não consideramos que mais um vereador a tempo inteiro constitua qualquer encargo adicional ou gasto supérfluo para o Município quando aquilo que está em causa é o

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

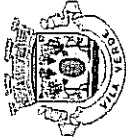


Município de Vila Verde

Data	Nº Pág.
21/10/2013	1

Número	Ano
202	2013

Movimentos de Tesouraria		Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saida do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
CAIXA		13.949,02	254.267,98	268.217,00	253.383,35	14.833,55
FUNDOS DE MANEIO		3.175,00	0,00	3.175,00	0,00	3.175,00
BANCOS						
A ORDEM	Banco : Caixa Geral de Depósitos	822.149,82	181.276,73	1.003.426,55	66.516,62	936.909,93
	Conta : 003509180000030273054					
	Banco : Caixa Geral de Depósitos	495.909,43	0,00	495.909,43	0,00	495.909,43
	Conta : 0035091800000303263064					
	Banco : Caixa Geral de Depósitos	44,22	0,00	44,22	0,00	44,22
	Conta : 0035091800004112143052					
	Banco : Caixa Geral de Depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Conta : 003509180004484603070 - Censos 2011					
	Banco : Banco BPI, Sa	59.073,21	0,00	59.073,21	0,00	59.073,21
	Conta : 001000002886430010167					
	Banco : Banco BPI, Sa	2.941,56	0,00	2.941,56	0,00	2.941,56
	Conta : 001000002886430010264					
	Banco : Banco BPI, Sa	6.563,40	0,00	6.563,40	0,00	6.563,40
	Conta : 001000001865159010197					
	Banco : Banco BPI, Sa	8.609,60	0,00	8.609,60	0,00	8.609,60
	Conta : 001000001865159010391					
	Banco : Banco BPI, Sa	31.096,31	0,00	31.096,31	0,00	31.096,31
	Conta : 001000002886430010361					
	Banco : Banco Espírito Santo, Sa	458.997,34	200,89	459.198,23	1.650,49	457.547,74
	Conta : 000706470000782000829					
	Banco : Banco Espírito Santo, Sa	16.337,86	0,00	16.337,86	0,00	16.337,86
	Conta : 000706470000782060193					
	Banco : Banco Espírito Santo, Sa	1.454,09	0,00	1.454,09	0,00	1.454,09
	Conta : 000706470004458000711					
	Banco : Banco Comercial Português, Sa - Nova rede	1.614,21	0,00	1.614,21	0,00	1.614,21
	Conta : 003300000019010506305					
	Banco : Caixa de Crédito Agrícola de Vila Verde e Terras de Bouro	7.250,13	0,00	7.250,13	0,00	7.250,13
	Conta : 004512904002746670414					
	Banco : Caixa de Crédito Agrícola de Vila Verde e Terras de Bouro	253.615,83	0,00	253.615,83	0,00	253.615,83
	Conta : 004512904002776804822					
	Banco : Caixa de Crédito Agrícola de Vila Verde e Terras de Bouro	5.157,53	0,00	5.157,53	0,00	5.157,53
	Conta : 004512904025392275476 - M VILA VERD					



Município de Vila Verde

Movimentos de Tesouraria		Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Salda do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
BANCOS						
Banco : Caixa Económica Montepio Geral		7.542,78	0,00	7.542,78	0,00	7.542,78
Conta : 003603129910000394504						
Banco : Banco Santander TOTTA Sa		4.022,28	0,00	4.022,28	0,00	4.022,28
Conta : 001800031301017802068						
Banco : B.P.N. - Banco Português de Negócios, S.A.		1.217,65	0,00	1.217,65	0,00	1.217,65
Conta : 007900002497700410114						
Banco : B.P.N. - Banco Português de Negócios, S.A.		1.566,48	0,00	1.566,48	0,00	1.566,48
Conta : 007900002497756910189						
Banco : BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. - Departamento de Crédito Hipotecário		42.907,25	0,00	42.907,25	0,00	42.907,25
Conta : 003002390020006740752						
Banco : Caixa Geral de Depósitos		500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
Conta : 003509180000030232054 - Caixa Geral de Depósitos, SA- Prazo						
Sub-Total :		2.728.070,98	181.477,62	2.909.548,60	68.167,11	2.841.381,49
APLICAÇÕES DE TESOURARIA						
Títulos Negociáveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Disponibilidades :		2.745.195,00	435.745,60	3.180.940,60	321.550,46	2.859.390,14
DOCUMENTOS		464.466,99	0,00	464.466,99	859,14	463.607,85
Total de Movimentos de Tesouraria :		3.209.661,99	435.745,60	3.645.407,59	322.409,60	3.322.997,99
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS		2.227.087,83	186.077,57	2.413.165,40	71.905,73	2.341.259,67
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS		518.107,16	23,30	518.130,46	0,00	518.130,46

Decomposição do Saldo em Numerário Para o Dia Seguinte	Em Dinheiro	13.530,55
	Em Cheques e Vales Postais	1.303,10

O Tesoureiro

Conferi

O Presidente



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8840/2013/MVV

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

PROPOSTA

Assunto: Aprovação do Regimento da Câmara Municipal

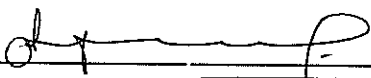
Considerando que, nos termos da alínea a), do art.º 39.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo a elaboração e aprovação do Regimento,

PROPONHO à Ex.^{ma} Camara Municipal,

No âmbito das competências de funcionamento, ao abrigo da referida norma habilitante, a aprovação do **REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE**, que integra o clausulado que segue em anexo à presente proposta.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,



-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

[Handwritten signatures and initials]

REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

PREÂMBULO

Nos termos do disposto na alínea a), do artigo 39.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e considerando os princípios gerais consagrados no artigo 4.º, do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal a aprovação do Regimento.

O Regimento deve ser perspectivado como um regulamento de organização e funcionamento de um órgão colegial, no caso, o Executivo Camarário, composto por normas regulamentares que fazem parte dos seus poderes de auto-organização.

Assim sendo, ao abrigo da referida norma habilitante, é aprovado o "REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE", que integra o clausulado abaixo apresentado, o qual entra em vigor no dia imediato à sua aprovação.

CAPÍTULO I

NATUREZA E COMPETÊNCIAS

Artigo 1.º

Lei habilitante

A Câmara Municipal de Vila Verde, nos termos do artigo 252.º, da Constituição da República Portuguesa (CRP) é o Órgão Executivo colegial do Município e detém competência, conforme resulta do disposto na alínea a), do artigo 39.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para elaborar e aprovar o respetivo Regimento.

Artigo 2.º

Competências materiais

A Câmara Municipal possui as competências elencadas no artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CAPÍTULO II

FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 3.º

Objeto e âmbito

A organização e funcionamento da Câmara Municipal de Vila Verde, enquanto Órgão Executivo colegial do Município, rege-se pelo disposto na legislação em vigor e no presente Regimento.

Artigo 4.º

Reuniões

1. As reuniões da Câmara Municipal realizam-se, habitualmente, nos Paços do Município, podendo realizar-se noutro local, quando assim o imponham as necessidades do seu funcionamento, se tal for deliberado.
2. As reuniões podem ser ordinárias e extraordinárias.

Artigo 5.º

Reuniões ordinárias

1. As reuniões ordinárias terão a periodicidade quinzenal, realizando-se nos dias e horas previamente fixados por deliberação tomada na primeira reunião do Órgão Executivo.
2. Quaisquer alterações ao dia e hora objeto da deliberação prevista no número anterior devem ser justificadas e comunicadas a todos os membros do Órgão com, pelo menos, três dias de antecedência, através de protocolo.
3. A segunda reunião ordinária de cada mês é pública, estabelecendo-se que o período para intervenção e esclarecimento ao público será de trinta minutos.

Artigo 6.º

Reuniões extraordinárias

1. As reuniões extraordinárias serão convocadas nos termos do disposto do artigo 41.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
2. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.
3. Nas reuniões extraordinárias não há período de Antes da Ordem do Dia.

Artigo 7.º

Reuniões públicas

1. Além da segunda reunião ordinária de cada mês, prevista no n.º 3, do art. 5.º, do presente Regimento, a Câmara Municipal poderá deliberar a realização de outras reuniões públicas.
2. A deliberação referida no número anterior será publicitada em edital, afixado nos locais habituais, com uma antecedência de cinco dias contínuos.
3. Para as reuniões públicas fixa-se o período para intervenção e esclarecimento ao público de trinta minutos, podendo a mesma ser precedida de inscrição.
4. A inscrição é efetuada nos competentes serviços municipais, na Divisão de Administração e Finanças, até às doze horas do dia útil anterior ao da reunião na qual o interessado pretende intervir, através de requerimento, no qual deverão ser indicados, de forma expressa, os assuntos que pretendem esclarecer ou obter informação.
5. O período de intervenção do público tem a duração não superior a trinta minutos, exclusivamente para prestação dos esclarecimentos e informações solicitadas.
6. Caso o número de inscritos seja elevado, fixará a Câmara Municipal a duração de intervenção de cada um deles, de modo a que o período de trinta minutos não seja ultrapassado.
7. Cada munícipe só poderá intervir uma vez em cada reunião, para expor os assuntos para que previamente se inscreveu, salvo se a Câmara Municipal permitir uma nova intervenção.
8. Compete ao Presidente da Câmara, ou outro membro do Órgão por si designado, prestar os esclarecimentos ou as informações solicitadas, podendo posteriormente fazê-lo por escrito.

9. A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas, competindo ao Presidente da Câmara, em caso da indisciplina ou desordem, a faculdade de ordenar a sua retirada do local da reunião.

Artigo 8.º

Quórum

1. A Câmara Municipal só pode reunir e deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.
2. Se trinta minutos após o momento previsto para o início da reunião não se verificar o quórum previsto no número anterior, o Presidente designa outro dia para nova reunião, que terá a mesma natureza da anterior, a convocar nos termos previstos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
3. Das reuniões canceladas por falta de quórum será lavrada ata, na qual serão registadas as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar à marcação de falta.

Artigo 9.º

Faltas e sua justificação

1. Constitui falta a não comparência a qualquer reunião.
2. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
3. Os pedidos de justificação de faltas deverão ser dirigidos ao Presidente da Câmara, por escrito, previamente ou no prazo de cinco dias úteis, a contar da data da reunião em que a falta se tenha verificado, para posterior decisão da Câmara Municipal.

Artigo 10.º

Competências do Presidente

1. Ao Presidente da Câmara, para além de outras funções que lhe estejam legalmente cometidas, compete:
 - a) Convocar as reuniões ordinárias para o dia e hora marcados e enviar a ordem do dia a todos os outros membros;

- b) Convocar as reuniões extraordinárias;
 - c) Estabelecer e distribuir a ordem do dia das reuniões;
 - d) Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
 - e) Suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excepcionais o justificarem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
2. O Presidente da Câmara, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Vice-presidente, o qual exercerá todas as competências especificadas no número anterior e demais funções que lhe sejam distribuídas.

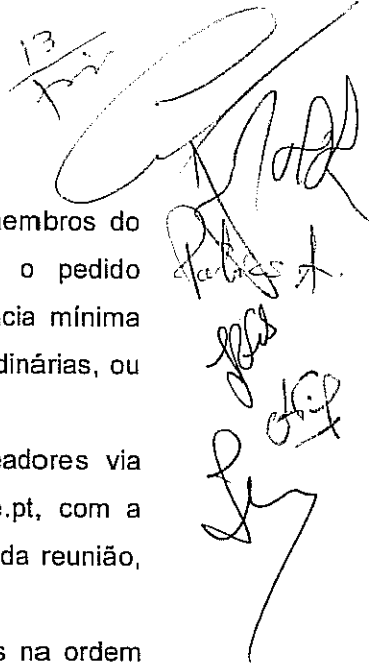
Artigo 11.º

Período "Antes da Ordem do Dia"

1. Para cada reunião ordinária da Câmara Municipal é fixado um período "Antes da Ordem do Dia", com a duração de trinta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, o qual poderá ser prorrogado, por decisão do seu Presidente, até ao máximo de sessenta minutos.
2. No período "Antes da Ordem do Dia" podem ser incluídos:
 - a) Informações e/ou prestação de esclarecimentos pelo Presidente, ou por quem ele designar para o efeito;
 - b) Apresentação de pedidos de informação e esclarecimentos;
 - c) Votos de pesar, louvor e congratulação.
3. Os assuntos a tratar neste período devem constar de documento escrito que será entregue ao Presidente no início da reunião.
4. Os assuntos serão discutidos pela ordem da respetiva apresentação.
5. Na discussão dos assuntos especificados no n.º 2, deste artigo, cada membro do Executivo pode usar da palavra uma única vez, por um período não superior a dois minutos, com exceção do proponente que tem o direito de resposta final, mediante uma intervenção com duração nunca superior ao referido período.
6. O Presidente da Câmara, ao ser diretamente interpelado com pedidos de informação e esclarecimentos, poderá decidir apresentar as respostas aos mesmos na reunião ordinária seguinte.

Artigo 12.º
"Ordem do Dia"

1. A ordem do dia deverá incluir os assuntos indicados pelos membros do Órgão Executivo, desde que seja da sua competência e o pedido correspondente seja apresentado por escrito, com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data da reunião, no caso de reuniões ordinárias, ou de oito dias, tratando-se de reuniões extraordinárias.
2. A ordem do dia de cada reunião será entregue aos Vereadores via eletrónica, através da plataforma <http://executivo.cm-vilaverde.pt>, com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.
3. Os processos administrativos relativos aos assuntos incluídos na ordem do dia encontram-se na Divisão de Administração e Finanças, para estudo e apoio dos membros do Órgão, quando se mostre necessário, com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data da reunião respetiva.
4. A alteração da posição dos assuntos agendados na ordem do dia depende de deliberação tomada por maioria dos membros presentes.
5. Até à votação dos assuntos da ordem do dia poderão ser apresentadas sobre o mesmo, por escrito, propostas ou recomendações devidamente fundamentadas, que serão simultaneamente discutidas e votadas.
6. Por cada assunto da ordem do dia o Presidente apresentará, resumidamente, o assunto em análise e dará a palavra a cada um dos Vereadores, para intervenção na discussão do mesmo.
7. Concluídas as intervenções dos membros do Executivo, nos termos previstos no número anterior, o mesmo será de imediato posto à votação, votando o Presidente em último lugar.
8. Finda a votação, poderá qualquer membro do Executivo apresentar, por escrito ou ditando para a ata, a sua declaração de voto e as respetivas razões justificativas.
9. As declarações de voto só podem versar sobre a matéria deliberada e nunca serão objeto de discussão.
10. Quando se trate de pareceres a emitir para outras entidades as deliberações serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

13
Fm


Artigo 13.º

Impedimentos e suspeições

1. Nenhum membro da Câmara Municipal pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do Município de Vila Verde, nos casos previstos no artigo 44.º, do Código do Procedimento Administrativo.
2. Excluem-se do disposto no número anterior as intervenções que se traduzam em atos de mero expediente, designadamente atos certificativos.
3. A declaração do impedimento em relação a qualquer membro do Executivo segue o regime previsto nos artigos 45.º a 47.º, do Código do Procedimento Administrativo.
4. Os membros da Câmara Municipal devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 48.º, do citado Código.
5. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 49.º e 50.º, do mesmo código.

Artigo 14.º

Pedidos de informação e esclarecimentos

Os pedidos de informação e esclarecimentos devem ser formulados, sinteticamente, logo que finde a intervenção que os suscitou e restringem-se à matéria em dúvida assim como às respetivas respostas.

Artigo 15.º

Exercício de direito de defesa

1. Sempre que um membro do Executivo considere que foram referidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração pode usar da palavra, para se defender, por tempo não superior a três minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por igual período de tempo.

CAPÍTULO III
DELIBERAÇÕES E VOTAÇÕES

Artigo 16.º

Objeto das deliberações

Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na "*Ordem do Dia*" de cada reunião ordinária, nos termos do disposto no art.º 50.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 17.º

Voto

1. Cada membro da Câmara Municipal tem direito a um voto.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 13.º e do direito de abstenção, nenhum membro da Câmara Municipal presente na reunião pode deixar de votar.

Artigo 18.º

Formas de votação

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
 - a) Por votação nominal, salvo se o Órgão deliberar, por proposta de qualquer membro, outra forma de votação;
 - b) Por escrutínio secreto quando envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidade de qualquer pessoa, ou, ainda, sempre que a Câmara Municipal assim o delibere.
 - c) Havendo empate na votação por escrutínio secreto procede-se, imediatamente, a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta reunião se repetir o empate.
2. O Presidente vota sempre em último lugar.
3. Quando necessário, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.
4. Não podem estar presentes no momento de discussão nem da votação os membros do Órgão Executivo que se encontrem ou se considerem impedidos.

15
105

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

Artigo 19.º

Maioria

As deliberações são tomadas à pluralidade dos votos, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para apuramento da maioria.

Artigo 20.º

Atas

1. De cada reunião é lavrada ata, a qual contém um resumo do que essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações, as declarações de voto e, bem assim, o facto de a ata da reunião anterior ter sido lida e aprovada.
2. As atas são lavradas, sempre que possível, por trabalhador do Município, designado para o efeito, sendo as mesmas postas à aprovação de todos os membros no início da reunião seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo Presidente e por quem as lavrou.
3. As atas ou o texto das deliberações podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
4. As deliberações tomadas pelo Executivo só adquirem eficácia depois de aprovadas e assinadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores.

Artigo 21.º

Publicidade

Para além da publicação em Diário da República quando a lei expressamente o determine, as deliberações da Câmara Municipal, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, deverão ser publicitadas nos termos do disposto no artigo 56.º, da referida Lei n.º 75/2013.

CAPÍTULO IV

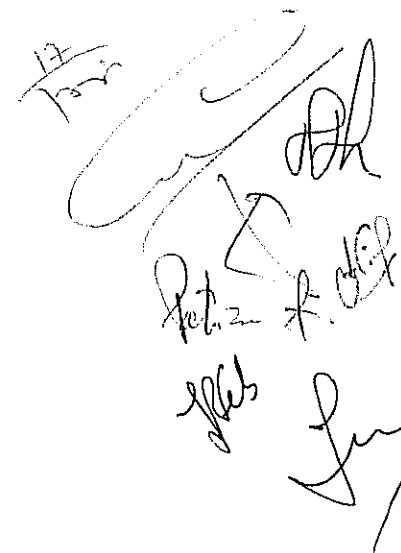
DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 22.º

Deveres

Constituem deveres dos membros da Câmara Municipal:

- a) Comparecer às reuniões;
- b) Participar nas discussões e votações;
- c) Observar a ordem e disciplina fixados no regime;
- d) Contribuir para o prestígio do Órgão.



CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 24.º

Alteração do regimento

1. O Regimento poderá ser alterado pela Câmara Municipal, por iniciativa do Presidente, ou pela maioria dos seus membros.
2. As alterações do Regimento terão de ser aprovadas pela maioria do número legal dos membros da Câmara Municipal.

Artigo 25.º

Prazos

Os prazos previstos no Regimento são contínuos, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 26.º

Interpretação e direito subsidiário

A integração das eventuais lacunas do presente Regimento, bem como as dúvidas suscitadas na interpretação do mesmo, serão sujeitas deliberação da Câmara Municipal, exigindo-se, para o efeito, a correspondente aprovação pela maioria dos membros que a compõem.



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8844/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Delegação de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 35.º, permite que sejam delegadas no Presidente da Câmara, as competências aí elencadas, originariamente cometidas à Câmara Municipal;

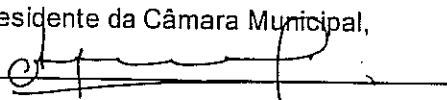
Considerando que esta delegação conferirá aos procedimentos administrativos maior celeridade e eficácia, sem prejuízo do controlo, resultante do poder de avocar, que o órgão colegial continua a deter,

PROPONHO à Ex.^{ma} Câmara Municipal:

1. Que no signatário sejam delegadas as competências para a autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, nos termos do art.º 29.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, até ao montante de € 748,196,84;
2. Que a proposta ora formulada integre ainda o poder do signatário subdelegar nos Vereadores e nos Dirigentes municipais, conforme o entender mais conveniente para melhor funcionamento dos serviços.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8845/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Delegação de Competências no âmbito da Defesa da Floresta

Considerando que o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e ulteriores alterações, permite que sejam delegadas no Presidente da Câmara, as competências aí elencadas, originariamente cometidas à Câmara Municipal;

Considerando que esta delegação conferirá aos procedimentos maior celeridade e eficácia, sem prejuízo do controlo resultante do poder de avocar, que o Órgão Executivo continua a deter,

PROPONHO:

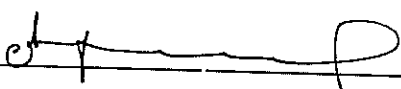
1. Que no signatário sejam delegadas as competências no âmbito da defesa da floresta contra incêndios nas seguintes matérias:
 - a) Intimação ou, por qualquer outro meio, notificação dos titulares de terrenos para proceder à gestão de combustível, nos termos da lei;
 - b) Licenciamento de queimadas;
 - c) Concessão de autorização prévia, para utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, com exceção do lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes, nos termos do disposto no art.º 29.º, do citado Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho;
 - d) Levantamento dos autos de contraordenação e instrução dos processos respetivos, no âmbito do art.º 40.º, do citado diploma legal.

2. Que a proposta ora formulada integre ainda o poder do signatário subdelegar nos Vereadores e nos Dirigentes Municipais, conforme entender mais conveniente para o melhor funcionamento dos serviços.

20
10/10/13
Patúcia
Sly

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8848/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelas Leis n.ºs 60/2007, de 4 de setembro, e 26/2010, de 30 de março, consagra o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;

Considerando que, por força do regime estatuído no referido diploma legal, a competência em matéria de concessão de licenças administrativas, como forma de controlo prévio para a aprovação de operações urbanísticas previstas no n.º 2, do seu art.º 4.º, está legalmente atribuída à Câmara Municipal, com a faculdade de delegação no Presidente da Câmara Municipal e de subdelegação deste nos Vereadores, por força da aplicação do disposto no n.º 1, do art.º 5.º, do citado Decreto-Lei n.º 555/99;

Considerando que a aprovação de informações prévias para qualquer uma das operações urbanísticas fixadas no art.º 2.º, do citado diploma legal, as quais se encontram previstas na subsecção II, do Capítulo II - Controlo Prévio -, compete à Câmara Municipal, podendo ser delegada no seu Presidente, com faculdade de subdelegação nos Vereadores, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 5.º, do mesmo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro;

22
Fos

Considerando que os atos de delegação em vigor, em matéria de gestão urbanística, viram os seus efeitos extintos por caducidade, de acordo com o disposto na al. b), do art.º 40.º, do Código do Procedimento Administrativo, impondo-se, nesta perspetiva, a prática de novos atos de delegação, em conformidade com a lei habilitante, corporizada pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março;

Considerando que, por isso, urge conferir segurança e certeza jurídica aos atos e diligências praticadas pelo Presidente da Câmara, tornando-se, para o efeito, necessária a prática do ato de delegação de competências em matéria de concessão de licenças administrativas e aprovação de informações prévias;

PROPONHO à Ex.^{ma} Câmara Municipal, ao abrigo das disposições combinadas previstas sobre a matéria, respetivamente, no n.º 1 e n.º 4, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual, e nos art.ºs 35.º e 37.º, do Código do Procedimento Administrativo, a delegação no signatário, com a faculdade de subdelegação nos Vereadores, das seguintes competências:

1. Concessão de licenças administrativas como forma de controlo prévio para as operações urbanísticas elencadas infra:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- c) Obras de construção, de alteração ou de ampliação, em área não abrangida por operação de loteamento, ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f), do n.º 1, do art.º 91.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação atual, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;
- d) Obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- e) Obras de reconstrução sem preservação das fachadas;

f) Obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução,

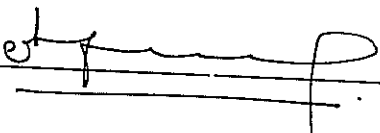
2. Aprovação de pedidos de informação prévia para as operações urbanísticas constantes do art.º 2.º, no cumprimento do disposto no n.º 4, do art.º 5.º, do citado diploma legal, de acordo com os seus artigos 14.º e 16.º.

PROPONHO, ainda, à Ex.^{ma} Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 117.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, e nos art.ºs 35.º e 37.º, do Código do Procedimento Administrativo, a delegação no signatário, com faculdade de subdelegação nos Vereadores e Dirigentes dos serviços municipais, para autorizar o pagamento fraccionado das taxas referidas nos n.ºs 2 a 4, do art. 116.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, até ao termo do prazo de execução fixado no alvará, desde que seja prestada caução nos termos do art.º 54.º, do mesmo diploma legal.

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do Executivo Municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da afixação de editais, nos lugares de estilo, e concomitantemente, à sua publicação no Boletim Municipal, bem como, de acordo com o disposto no n.º 2, do art.º 37.º, do Código do Procedimento Administrativo.

Vila Verde, 19 de outubro, de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8846/2013/MVV

PROPOSTA

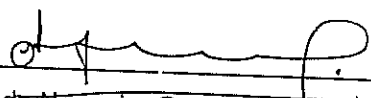
Assunto: Delegação de Competências no âmbito do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Por razões de desburocratização e eficiência, nos termos do disposto no Decreto – Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que aprova o Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais e de Gestão de Resíduos Urbanos,

PROPONHO que sejam delegadas no signatário, enquanto Presidente da Câmara Municipal, as competências previstas no mesmo diploma legal, com a faculdade de subdelegação nos Vereadores ou nos Dirigentes dos Serviços Municipais.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

i/8847/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Delegação de Competências em matéria Regulamentar e Contraordenacional

Considerando que existe a possibilidade jurídico-legal do Órgão Executivo do Município delegar no respetivo Presidente as competências que, pela sua natureza, são indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços municipais, nos termos do disposto no art.º 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, por isso, urge conferir segurança e certeza jurídica aos atos e diligências praticados pelo Presidente da Câmara, tornando-se, para o efeito, necessária a prática do ato de delegação de competências, com vista ao normal funcionamento dos serviços administrativos Municipais;

PROPONHO, por razões de economia processual, desburocratização e eficiência, a delegação no signatário, como Presidente da Câmara Municipal, das competências próprias da Câmara Municipal, previstas nos Regulamentos seguintes:

- a) Regulamento da Biblioteca Municipal de Vila Verde;
- b) Regulamento de Exploração e Funcionamento da Estação de Camionagem de Vila Verde;
- c) Regulamento Municipal Sobre Horários de Funcionamento de Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços;
- d) Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade;
- e) Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais - no que diz respeito à matéria relativa a Isenções ou reduções subjetivas, nos termos do seu art.º 25.º;
- f) Regulamento de Apoio à Autoconstrução a Municípes e Famílias Carenciadas, no que concerne à decisão final relativa aos processos em que seja solicitado o

fornecimento de materiais de construção de valor superior a 2.493,99€, e
autorização da concessão de projeto, nos termos do seu art.º 9.º;

Mais **PROPONHO** que sejam delegadas no signatário, em matéria contraordenacional,
as seguintes competências:

- a) Exercício da Atividade Industrial (Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto);
- b) Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e de Divertimentos Públicos (Decreto-Lei n.º 309/2009, de 29 de setembro);
- c) Instalação e Funcionamento dos Recintos com Diversões Aquáticas (Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de março);
- d) Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público (Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua redação atual);
- e) Condições de Segurança a Observar na Localização, Implantação, Conceção e Organização Funcional dos Espaços de Jogo e Recreio, respetivo Equipamento e Superfícies de Impacte (Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de dezembro, na redação atual);
- f) Gestão das Águas Superficiais, designadamente das águas interiores, de transição e costeiras e das águas subterrâneas (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro);
- g) Regime de Conceção, Instalação e Exploração dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais (Decreto-Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, na redação atual);
- h) Regime jurídico a que fica sujeita a atividade de comércio a retalho exercida por feirantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam (Lei n.º 27/2013, de 14 de abril);
- i) Medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro);
- j) Regime geral de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro);
- k) Regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições de edifícios ou de derrocadas (RCD) (Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na redação atual);
- l) Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho);
- m) Transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros (Decreto-Lei n.º 251/2008, de 11 de agosto, na redação atual);

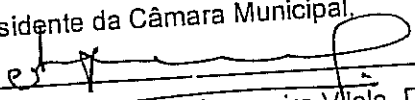
- For
Ad
Pab 2-1
JF
Le
- n) Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual);
 - o) Regime jurídico de detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos como animais de companhia (Decreto - Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual);
 - p) Regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais - pedreiras (Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na redação atual);
 - q) Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (Decreto - Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto);
 - r) Regime do licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de sucata (Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação atual);
 - s) Regulamento municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais da Câmara Municipal de Vila Verde;
 - t) ~~Regulamento de resíduos sólidos, higiene e limpeza pública do Município de Vila Verde;~~

Por último, **PROPONHO** que a presente proposta de delegação de competências com a faculdade de subdelegação nos Vereadores e Dirigentes, integre, ainda, os demais diplomas legais que confirmam a competência em matéria contraordenacional às Câmaras Municipais.

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do Executivo Municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da fixação de editais, nos lugares de estilo, e, concomitantemente, a sua publicação no Boletim Municipal, devendo, ainda, ser dado conhecimento da mesma a todos os serviços municipais, nos termos do n.º 2, do art.º 37.º, do Código do Procedimento Administrativo.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8837/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Delegação de Competências no âmbito do Decreto – Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

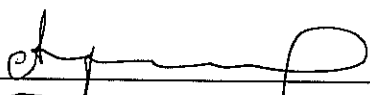
Por razões de economia processual, desburocratização e eficiência, nos termos da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, e Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, ambos com a redação que lhes foi introduzida pelo Decreto - Lei n.º 48/2011, de 1 de abril,

PROPONHO:

- Que sejam delegadas as competências no signatário, enquanto Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação nos Vereadores e Dirigentes dos Serviços Municipais.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,



-António Fernando Nogueira Cerqueira Viléla, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE
1/8838/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Delegação de Competências no Âmbito do Decreto - Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro.

Considerando que o n.º 1, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, e ulteriores alterações, permite que sejam delegadas no Presidente da Câmara, as competências cometidas à Câmara Municipal, com a faculdade de subdelegação nos Vereadores e nos Dirigentes dos Serviços Municipais;

Considerando que esta delegação conferirá aos procedimentos administrativos maior celeridade, eficiência e economia processual,

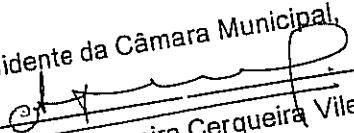
PROPONHO o seguinte:

1. Que no signatário sejam delegadas as competências nas matérias relacionadas com as seguintes atividades:
 - a) Licenciamento das tradicionais fogueiras de Natal e dos santos populares;
 - b) Realização de acampamentos ocasionais;
 - c) Guarda-noturno;

2. Que a mesma delegação de competências venha a integrar toda a tramitação processual, bem como a decisão final, incluindo os pedidos de renovação.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE
I/8843/2013/MVV

32
F22
Pet. 2
JF

PROPOSTA

Assunto: Delegação de Competências no âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

~~Considerando que existe a possibilidade jurídico-legal do Órgão Executivo do Município - Câmara Municipal - poder delegar no respetivo Presidente as competências que, pela sua natureza, são indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços municipais, nos termos do disposto no art.º 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;~~

Considerando que as mesmas competências podem ser subdelegadas em quaisquer dos Vereadores, por decisão e escolha do Presidente da Câmara, de acordo com o citado preceito;

Considerando que a figura da delegação de poderes, constituindo um fenómeno de desconcentração administrativa, irá permitir uma maior eficácia e eficiência no tratamento de processos administrativos, garantindo-se, por esta via, uma maior celeridade na obtenção da competente decisão administrativa;

Considerando que, por isso, urge conferir segurança e certeza jurídica aos atos e diligências praticados pelo Presidente da Câmara, tornando-se, para o efeito, necessária a prática do ato de delegação de competências, com vista ao normal funcionamento dos serviços administrativos do Município,

- k) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- l) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- m) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- n) Alienar bens móveis;
- o) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- p) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob Administração Municipal;
- q) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- r) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- s) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- t) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- u) Declarar prescritos a favor do Município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- v) Participar em órgãos de gestão de entidades da Administração Central;
- w) Participar em órgãos consultivos de entidades da Administração Central;
- x) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
- y) Administrar o domínio público municipal;
- z) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- aa) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente Junta de Freguesia;
- bb) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- cc) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do Município;
- dd) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do Município;
- ee) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;

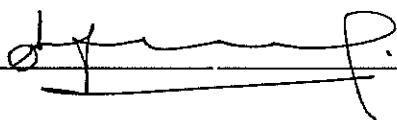
[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like "Petrina A." and "J.B."]

- 33
for
- ff) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
 - gg) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do Município;
 - hh) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.
 - ii) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;
 - jj) Proceder à marcação e justificação das faltas dos membros da Assembleia Municipal.
- Pector-A.
H.F. J.B.M.
Lz

Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do Executivo Municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da fixação de editais, nos lugares de estilo, e, concomitantemente, a sua publicação no Boletim Municipal, devendo, ainda, ser dado conhecimento da mesma a todos os serviços municipais, nos termos do n.º 2, do art.º 37.º, do Código do Procedimento Administrativo.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,



-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

i/8841/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: REUNIÕES DE CÂMARA

Considerando a diversidade de competências materiais da Câmara Municipal, previstas no art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, disciplinadora do regime jurídico das Autarquias Locais, nos termos da al. a), do seu art. 1.º;

Considerando que poderá a Câmara Municipal delegar no seu Presidente a responsabilidade decisória, com incidência numa alargada área de intervenção municipal, indissociável das competências originariamente confiadas a tal Órgão Executivo;

Considerando que, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2, do art.º 40.º, da citada Lei n.º 75/2013, sob a epígrafe "*Periodicidade das reuniões*", a Câmara Municipal poderá ter uma reunião ordinária semanal, ou quinzenal, se julgar conveniente, as quais devem realizar-se em dia e hora certos, cuja marcação é objeto de deliberação na sua primeira reunião;

Considerando a experiência do funcionamento do Órgão Executivo, neste Município, o mesmo poderá dar cumprimento ao dever legal de decisão, sem colocar em crise a conveniência, eficácia e eficiência dos serviços municipais respetivos, fixando-se uma periodicidade quinzenal das reuniões ordinárias, sem prejuízo da possibilidade de convocação de reuniões extraordinárias, sempre que necessário, em conformidade com o disposto no n.º 1, do referido art.º 40, e art.º 41.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que, de acordo com o preceituado no n.º 2, do art.º 49.º, do mesmo diploma legal, os Órgãos Executivos das Autarquias Locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal.

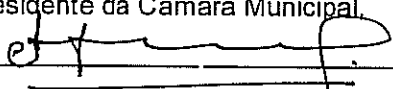
Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 40.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

PROPONHO à Ex.^{ma} Câmara o seguinte:

- a) Que as reuniões ordinárias do Executivo do Município, tenham uma periodicidade quinzenal, realizando-se as mesmas, nas primeiras e terceiras segundas-feiras de cada mês, pelas 9.30h, com início no próximo dia 4/11/2013;
- b) Que, se o dia da reunião ordinária do Órgão Executivo coincidir com o dia feriado, ou tolerância de ponto, a mesma tenha lugar no dia útil imediatamente a seguir, no lugar e hora indicados na alínea anterior;
- c) Que, nos termos do disposto no referido n.º 2, do art.º 49.º, a reunião pública do Órgão Executivo seja a segunda de cada mês;
- d) As atas ou o texto das deliberações sejam aprovadas em minuta, no final das reuniões, conforme o disposto no n.º 3.º, do art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- e) Por último, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, que a mesma seja publicitada por edital, devendo constar em permanência no sítio da Internet deste Município, em obediência ao que determina o n.º 3, do já citado art.º 40.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8839/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Fixação do número de Vereadores a Tempo Inteiro, ao abrigo do disposto n.º 2, do art.º 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Considerando as atribuições e competências legalmente confiadas às Autarquias Locais, verificando-se, inquestionavelmente, uma tendência progressiva para o alargamento das áreas de intervenção dos Municípios;

Considerando que constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações;

Considerando, por isso, que a gestão municipal é hoje uma tarefa extremamente exigente, impondo aos titulares dos cargos políticos responsáveis pela mesma, um estudo permanente e continuado dos dossiers atinentes às diversas áreas de intervenção municipal, participando ativamente na definição estratégica dos objetivos a prosseguir para resolução e satisfação concreta das necessidades das populações locais;

Considerando que a assunção de todas as competências e atribuições, integradoras do núcleo essencial do mandato Autárquico confiado aos responsáveis políticos da Autarquia, exige a sua total disponibilidade e permanência, para garantir com o sucesso pretendido, a condução política das diversas áreas de intervenção municipal que estão sob a sua alçada ou responsabilidade;

26
Fis
Petro X.
ps
Lec

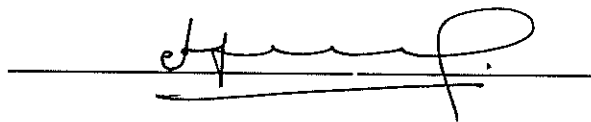
Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2, do art.º 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18, de setembro e ulteriores alterações, compete à Câmara Municipal, sob proposta do respetivo Presidente, fixar o numero de Vereadores em regime de tempo inteiro, sempre que seja ultrapassado o limite legalmente fixado, que, no caso concreto do Município de Vila Verde, se traduz na existência de dois Vereadores em regime de tempo inteiro, de harmonia com o preceituado na al. c), do n.º 1.º, do referido art.º 58.º,

PROPONHO ao ORGÃO EXECUTIVO, em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas, nos termos do disposto no n.º 2, do art.º 58.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual, que seja autorizado o regime de exercício de funções correspondentes a mais um Vereador a Tempo Inteiro, alargando-se, por esta via excecional, o seu número para três Vereadores a Tempo Inteiro.

Caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Órgão Executivo competirá ao signatário, enquanto Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 4, do referido artigo, escolher o Vereador que irá exercer as funções a tempo inteiro, fixando as suas funções e determinando o regime do respetivo exercício.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,



-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8836/2013/MVV

PROPOSTA

Assunto: Designação do Secretário do Órgão Executivo.

Considerando que os órgãos colegiais, por imperativo legal, resultante do artigo 14.º, do Código Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na redação atual, possuem um secretário, cuja função essencial é lavrar as atas do Órgão Executivo de cada reunião;

PROPONHO:

- Que seja designado para o efeito, por parte da Câmara Municipal, o trabalhador Manuel Domingues, com a categoria de técnico superior, e nas suas faltas e impedimentos, Olinda Lopes, com a categoria de assistente técnico, ambos a exercer funções na Divisão Administração e Finanças, deste Município.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,

-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/8849/2013/MVV

DESPACHO

Para coadjuvar o signatário na gestão municipal decido, nos termos do disposto na al. c), do art.º 58.º, da lei n.º 169/99, de 18 de setembro, nomear Vereadores a tempo inteiro, com efeitos imediatos, os seguintes eleitos:

- Dr. Manuel de Oliveira Lopes
- e
- Dr.ª Júlia Maria Caridade Rodrigues Fernandes

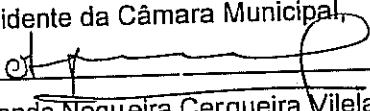
Designo, ainda, de harmonia com o preceituado no n.º 3, do art.º 57.º, do referido diploma legal, **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, o Vereador a tempo inteiro Dr. Manuel de Oliveira Lopes a quem, para além de outras funções que lhe serão distribuídas, caberá substituir o signatário nas suas faltas e impedimentos.

Proceda-se à divulgação do presente Despacho junto dos respetivos serviços municipais.

Com conhecimento à Câmara Municipal.

Vila Verde, 19 de outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal,


-António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Dr.-